

A FORÇA DAS MULHERES NEGRAS:

O protagonismo das mulheres negras na luta pela liberdade dos povos escravizados.

THE STRENGTH OF BLACK WOMEN:

The leading role of Black women in the fight for the freedom of enslaved peoples.

LA FUERZA DE LAS MUJERES NEGRAS:

El protagonismo de las mujeres negras en la lucha por la libertad de los pueblos esclavizados.

LA FORCE DES FEMMES NOIRES:

Le rôle central des femmes noires dans la lutte pour la liberté des peuples asservis.

Luís Antônio da Silva

Mestrando em Arqueologia - Universidade Federal do Vale do São Francisco. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí – FAPEPI; Piauí, Brasil.

luís.silva@discente.univasf.edu.br

<https://orcid.org/0009-0006-9660-9735>

Keila Braz Ferreira

Graduanda em Arqueologia e Preservação Patrimonial - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Bolsista do Ministério de Educação e Cultura (Bolsa Permanência do MEC); Piauí, Brasil.

keila.braz@discente.univasf.edu.br

<https://orcid.org/0009-0001-4005-2812>

Recebido em: 20/05/2025

Aceito para publicação: 14/08/2025

Resumo

O presente artigo tem como objetivo resgatar e destacar o protagonismo de mulheres negras na luta contra a escravidão no Brasil, combatendo o apagamento histórico promovido pela historiografia tradicional. A metodologia empregada consiste em uma revisão bibliográfica e documental, que analisa as biografias de líderes como Dandara dos Palmares, Tereza de Benguela e Zacimba Gaba, entre outras. O estudo se apoia em conceitos como interseccionalidade, decolonialidade e na teoria crítica da raça para desconstruir narrativas hegemônicas. Como principal resultado, o artigo evidencia que essas mulheres foram agentes ativas que exerceram liderança política, militar e espiritual, organizando quilombos e outras formas de resistência. Acreditamos que a divulgação de suas trajetórias é peça fundamental para uma compreensão mais completa e justa da formação sociopolítica do Brasil, diversificando as narrativas históricas e reconhecendo a contribuição das mulheres negras para a conquista da liberdade e a construção da identidade nacional.

Palavras Chave: Mulheres Negras, Resistência, Liderança, Quilombos, Apagamento Histórico.

Abstract

This article aims to rescue and highlight the protagonism of Black women in the fight against slavery in Brazil, combating the historical erasure promoted by traditional historiography. The methodology

employed consists of a bibliographic and documentary review, which analyzes the biographies of leaders such as Dandara dos Palmares, Tereza de Benguela, and Zacimba Gaba, among others. The study is based on concepts such as intersectionality, decoloniality, and critical race theory to deconstruct hegemonic narratives. As a main result, the article shows that these women were active agents who exercised political, military, and spiritual leadership, organizing quilombos and other forms of resistance. We believe that sharing their life stories is a fundamental part of a more complete and just understanding of Brazil's sociopolitical formation. This diversifies historical narratives and recognizes the contribution of Black women to the achievement of freedom and the construction of our national identity.

Keywords: Black Women, Resistance, Leadership, Quilombos, Historical Erasure.

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo rescatar y destacar el protagonismo de las mujeres negras en la lucha contra la esclavitud en Brasil, combatiendo el borrado histórico promovido por la historiografía tradicional. La metodología empleada consiste en una revisión bibliográfica y documental, que analiza las biografías de líderes como Dandara dos Palmares, Tereza de Benguela y Zacimba Gaba, entre otras. El estudio se apoya en conceptos como la interseccionalidad, la decolonialidad y la teoría crítica de la raza para deconstruir narrativas hegemónicas. Como resultado principal, el artículo evidencia que estas mujeres fueron agentes activas que ejercieron liderazgo político, militar y espiritual, organizando quilombos y otras formas de resistencia. Creemos que la divulgación de sus trayectorias es una pieza fundamental para una comprensión más completa y justa de la formación sociopolítica de Brasil, diversificando las narrativas históricas y reconociendo la contribución de las mujeres negras a la conquista de la libertad y a la construcción de la identidad nacional.

Palabras Clave: Mujeres Negras, Resistencia, Liderazgo, Quilombos, Borrado Histórico.

Résumé

Cet article a pour objectif principal de sauver et de mettre en lumière le rôle central des femmes noires dans la lutte contre l'esclavage au Brésil, en combattant l'effacement historique promu par l'historiographie traditionnelle. La méthodologie employée consiste en une revue bibliographique et documentaire qui analyse les biographies de leaders telles que Dandara dos Palmares, Tereza de Benguela et Zacimba Gaba, entre autres. L'étude s'appuie sur des concepts comme l'intersectionnalité, la décolonialité et la théorie critique de la race pour déconstruire les récits hégémoniques. Comme résultat principal, l'article met en évidence que ces femmes ont été des actrices actives qui ont exercé un leadership politique, militaire et spirituel, organisant des quilombos et d'autres formes de résistance. Nous pensons que la diffusion de leurs trajectoires est un élément fondamental pour une compréhension plus complète et plus juste de la formation sociopolitique du Brésil, diversifiant les récits historiques et reconnaissant la contribution des femmes noires à la conquête de la liberté et à la construction de l'identité nationale.

Mots-clés : Femmes Noires, Résistance, Leadership, Quilombos, Effacement Historique.

Introdução

Fogo!...Queimaram Palmares, Nasceu Canudos.

Fogo!...Queimaram Canudos, Nasceu Caldeirões.

Fogo!...Queimaram Caldeirões, Nasceu Pau de Colher.

Fogo!...Queimaram Pau de Colher.

E nasceram, e nascerão tantas outras comunidades que os vão cansar se

continuarem queimando. Porque mesmo que queimem a escrita, não queimarão a oralidade. Mesmo que queimem os símbolos, não queimarão os significados. Mesmo queimando o nosso povo, não queimarão a ancestralidade (Bispo dos Santos, 2023, p. 45).

Na história da América Latina, as narrativas estão profundamente entrelaçadas com o colonialismo, o racismo e as estruturas patriarcais. Essas formas de dominação moldaram o cenário político, econômico e social do Brasil por séculos. Nesse contexto, este artigo analisa o protagonismo de algumas mulheres negras que exerceram papéis de liderança política, militar e espiritual em comunidades quilombolas e em outros movimentos de resistência durante o Brasil colonial e imperial. Figuras como Dandara dos Palmares, Zeferina, Marianna Crioula, Felipa Maria Aranha, Tereza de Benguela, Zacimba Gaba e Esperança Garcia, embora fundamentais na luta contra a escravidão, foram sistematicamente silenciadas pela historiografia hegemônica. Segundo Gonzalez (1988), esse apagamento faz parte de uma neurose cultural brasileira, que nega o protagonismo negro para sustentar o mito da democracia racial¹.

Durante mais de três séculos de escravidão, essas mulheres não apenas suportaram as brutalidades do sistema, mas se tornaram figuras centrais na luta pela liberdade e pela dignidade de seu povo. Seu legado, notável em várias formas de expressão cultural, como poemas e sambas-enredo, tornou-se um símbolo emblemático, especialmente após a promulgação da Lei 10.639/2003, que fortaleceu o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas (Rodrigues, 2022).

Através da análise e divulgação de suas biografias, este artigo busca iluminar as trajetórias dessas mulheres, evidenciando suas qualidades políticas, administrativas e culturais que desafiaram as normas patriarcais e raciais de sua época. Ao revisitar o legado dessas heroínas, buscamos não apenas reconhecer suas contribuições, mas também inspirar uma nova geração a valorizar e celebrar a força das mulheres negras na luta por justiça e igualdade. Propomos aqui uma reflexão sobre a importância de diversificar as narrativas históricas, promovendo uma compreensão mais completa e inclusiva da formação da sociedade brasileira, em um movimento que ecoa a busca por uma história feita por mãos negras (Nascimento, 2021).

A Escravidão no Brasil – Aspectos Históricos

Entre os séculos XVI e XIX, a economia brasileira era sustentada por uma força de trabalho de homens e mulheres africanos escravizados. A escravidão no Brasil foi uma forma de exploração de mão de obra sustentada pelo tráfico transatlântico de pessoas negras. O processo de captura na África e a viagem pelo oceano até o solo brasileiro eram extremamente complexos e desumanos. No cenário mundial, o Brasil foi um dos países que mais recebeu

¹ O mito da democracia racial é a ideia de que o Brasil é uma nação livre de preconceito e discriminação racial devido à miscigenação.

africanos escravizados. O fluxo de africanos de diversas regiões do continente foi tão intenso que, em locais como a Bahia, os escravizados chegaram a representar 75% da população (Verger, 2021; Cavalcanti, 2022).

A historiografia tradicional da escravidão no Brasil tem enfatizado predominantemente os anos finais do regime escravista, especialmente entre 1885 e 1888. Durante esse período, há um reconhecimento de revoltas significativas, fugas em massa e um apoio popular crescente impulsionado por uma elite abolicionista urbana. No entanto, essa narrativa tende a atribuir a iniciativa e a liderança desse movimento de libertação aos abolicionistas, em sua maioria homens brancos de classe média, enquanto os escravizados são frequentemente retratados como vítimas passivas ou, na melhor das hipóteses, como agentes subordinados e incapazes de uma consciência política própria (Azevedo, 1987).

Uma segunda narrativa sobre o fim da escravidão no Brasil teve origem no ideário marxista, que atribuiu o fim da escravidão à luta de classes e à necessidade de gerar uma classe assalariada que pudesse fazer girar a economia e fortalecesse o capital, sendo este o principal motivador da libertação dos escravizados pelas classes dominantes. Esta visão também nega completamente o agenciamento das populações negras escravizadas nos processos que culminaram em sua libertação e, igualmente à narrativa abolicionista, reduz o negro à condição de incapaz (Azevedo, 1987).

Ao invés de ver os escravizados como seguidores passivos de uma elite abolicionista iluminada ou como meros peões em uma luta de classes forjada pelo capitalismo, é essencial reconhecer a capacidade deles de conferir sentido político às suas ações e de influenciar decisivamente o processo de abolição.

Neste cenário, uma atenção especial deve ser dada à função desempenhada pelas mulheres negras escravizadas, pois desempenharam um papel crucial no aumento da população negra no país e também junto aos movimentos de resistência que ocorreram desde o início da escravidão. Como descreve Angela Davis (2016) as mulheres escravizadas sofriam uma dupla exploração: eram tratadas como trabalhadoras nos campos e como fêmeas para exploração sexual e reprodutiva, tendo sua agência e resistência sistematicamente ignoradas.

O fato de ser mulher não as privou de sofrer toda sorte de castigos e punições, eram marcadas a ferro em brasa, trabalhavam nas mesmas atividades que os homens e eram estupradas e violentadas de forma desumana. Fugir para os quilombos era uma alternativa de resistir e lutar contra a escravidão. Muitas mulheres escravizadas se tornavam figuras importantes nas lideranças desses quilombos, assumindo a posição de líderes e guardiãs da cultura e religião das comunidades quilombolas (Azevedo, 1987; Cavalcanti, 2022).

Apesar de estarem sujeitas a punições severas, muitas delas organizavam ataques a navios negreiros, participavam de guerras em defesa dos quilombos e organizavam confederações de quilombos para resistir à escravidão. Outras formas de resistência incluíam o suicídio coletivo e individual, abortos provocados para livrar os filhos da escravidão e a preservação dos cultos africanos escondido dos senhores. Essas práticas de resistência e liderança, como argumenta Patricia Hill Collins (2019), constituem um pensamento feminista negro que emerge da experiência vivida, mesmo que não tenha sido formalizado em textos acadêmicos.

O Apagamento Histórico e a Desconstrução da Narrativa

A tentativa de apagamento das lideranças negras é patente na historiografia nacional. Personagens como Ganga Zumba e Zumbi são frequentemente retratados como marginais que atacavam o Estado e atuavam de forma desordenada e rebelde (Bispo dos Santos, 2023). Figuras femininas neste contexto são igualmente retratadas com uma importância muito menor do que a real importância que tiveram (Azevedo, 1987; Cavalcanti, 2022). É o caso de Dandara dos Palmares, esposa de Zumbi, que foi figura central na administração e organização do quilombo de Palmares; ou Zeferina, rainha do quilombo do Urubu; Marianna Crioula, rainha do quilombo Manuel Congo; Felipa Maria Aranha, criadora de um dos maiores e mais bem estruturados quilombos do Brasil, o Mola; Tereza de Benguela do Quariterê; Zacimba Gaba, que morreu como uma princesa guerreira invadindo um navio negreiro; ou Esperança Garcia, reconhecida como a primeira advogada do Brasil, que, colocando a própria vida em risco, tentou fazer cessar as crueldades do sistema escravista.

O apagamento das mulheres negras da historiografia nacional não é um mero esquecimento, mas um projeto político deliberado que se manifesta como um esquecimento patológico (Ricoeur, 2008). Essa prática é um exemplo de epistemicídio, definido por Sueli Carneiro como a aniquilação sistemática e deliberada de saberes, vozes e identidades. Ao deslegitimar as mulheres negras como produtoras de conhecimento, esse processo fere de morte a racionalidade do subjugado, rebaixando sua capacidade cognitiva e apagando suas contribuições para a construção da história. Assim, o epistemicídio funciona como uma ferramenta para manter estruturas de poder, privilegiando apenas perspectivas hegemônicas e perpetuando a marginalização (Carneiro, 2005).

Conforme abordado por Aníbal Quijano, este conceito pode ser expandido para além da sua definição inicial, compreendendo-o como um processo ativo de silenciamento e invisibilização de epistemologias não eurocêntricas. A historiografia tradicional, ao deslegitimar os saberes e as narrativas das comunidades negras, perpetua a colonialidade do saber. Essa violência epistêmica impõe a visão de mundo eurocêntrica como a única válida e universal, silenciando e deslegitimando as formas de conhecimento produzidas por povos não europeus, especialmente os que foram colonizados (Quijano, 2005).

Somado a isso, o conceito de interseccionalidade, cunhado pela jurista Kimberlé Crenshaw, é fundamental para compreender a especificidade desse apagamento. Crenshaw argumenta que as opressões de raça e gênero se cruzam, criando uma experiência única de discriminação que torna a mulher negra particularmente invisível tanto para as pautas antirracistas (geralmente focadas no homem negro) quanto para as pautas feministas (historicamente centradas na mulher branca) (Crenshaw, 2004; 2013).

Segundo Crenshaw (2004; 2013) a interseccionalidade revela que as opressões de raça e gênero não são meramente aditivas, mas se entrelaçam de forma complexa, criando experiências de discriminação únicas. A ausência de uma lente interseccional na análise histórica leva à invisibilidade de mulheres negras, cujas lutas não se encaixam plenamente nas categorias estanques de raça (frequentemente masculinizada) ou gênero (frequentemente embranquecida). Aprofundar a discussão sobre como a interseccionalidade desafia as narrativas hegemônicas exige uma reavaliação das fontes e metodologias históricas, permitindo uma compreensão mais completa da agência dessas mulheres.

A invisibilidade das figuras femininas negras na historiografia não se explica apenas pela interseccionalidade, mas também pelas construções sociais de gênero que moldaram a narrativa. Autoras como Joan Wallach Scott (1995) e Judith Butler (2003) permitem uma análise matizada de como as normas de gênero influenciam a representação das mulheres na história. A historiografia tradicional, ao focar em narrativas masculinas de poder e resistência, negligencia a agência e liderança de mulheres que desafiam normas de gênero impostas pela sociedade colonial e escravista. A figura de Dandara dos Palmares, por exemplo, pode ser analisada sob a ótica da performatividade de gênero, demonstrando como sua liderança e participação ativa desafiavam as expectativas da época, conferindo-lhe um protagonismo que a historiografia hegemônica buscou apagar (Azevedo, 1987).

Para nos aprofundarmos no apagamento histórico, é necessário incorporar as perspectivas do pós-colonialismo e da decolonialidade. Estes campos teóricos, com expoentes como Edward Said (2007), Frantz Fanon (2020), Gayatri Spivak (2018) e Homi Bhabha no pós-colonialismo e Aníbal Quijano (2005), Walter D Mignolo (2003), Ramón Grosfoguel (2008) e Bispo dos Santos (2023) na decolonialidade, oferecem uma lente crítica para analisar as estruturas de poder e conhecimento que emergem do colonialismo e persistem no pós-independência. A representação distorcida de lideranças negras como marginais reflete a lógica colonial que criminaliza a resistência e autonomia dos povos subjugados, negando-lhes protagonismo histórico.

A Teoria Crítica da Raça (TCR), com autores como Derrick Bell (1989) e Richard Delgado e Jean Stefancic (2017), aprofunda a compreensão do racismo sistêmico inerente à historiografia. A TCR analisa como a narrativa histórica é construída para manter e justificar as estruturas de poder raciais, mesmo após a abolição formal da escravidão. A representação distorcida de lideranças negras como marginais é um exemplo da análise da TCR sobre a persistência do racismo. A ideia de interesse convergente (Bell, 1989) sugere que a historiografia só reconhece a agência negra quando isso serve aos interesses da narrativa dominante. A TCR também contribui para analisar a branquitude da historiografia e como ela molda a percepção do passado, perpetuando a invisibilidade e a desvalorização das contribuições negras.

Os trabalhos de Maurice Halbwachs (2006) sobre memória coletiva e Pierre Nora (1993) sobre lugares de memória também são importantes para analisar o processo de apagamento, fornecendo um arcabouço para entender como a memória histórica é construída, disputada e suprimida. A ausência de lugares de memória para figuras como Dandara, Zeferina, Marianna Crioula, Felipa Maria Aranha, Tereza de Benguela, Zacimba Gaba e Esperança Garcia contribui para sua invisibilidade. A desconstrução da narrativa torna-se um esforço para resgatar e reincorporar essas memórias silenciadas na memória coletiva, desafiando a narrativa hegemônica e construindo novos lugares de memória para a resistência negra. A perspectiva de Jacques Le Goff (2013) sobre a relação entre história e memória reforça a necessidade de uma revisão historiográfica que incorpore as memórias silenciadas e as vozes das mulheres negras, transformando a história oficial.

Portanto, para uma compreensão mais completa e justa da abolição, é necessário escovar a

história a contrapelo², reconhecendo e incorporando essas figuras femininas de resistência na narrativa histórica. Esse reconhecimento desafia a visão tradicional que minimiza o papel dos escravizados, especialmente o das mulheres, permitindo uma reinterpretação que lhes confere o devido protagonismo como agentes ativos na luta pela sua própria liberdade. Nos últimos anos, o engajamento do movimento de mulheres negras tem buscado recontar a história nacional e multiplicar as narrativas que revelam a formação sociopolítica brasileira. Nesta revisão historiográfica, estas mulheres são figuras centrais da resistência negra no Brasil.

As contribuições da Arqueologia Diaspórica

Diferentemente de abordagens historiográficas tradicionais que frequentemente marginalizam ou silenciam as vozes e as agências dos africanos escravizados, a arqueologia diaspórica oferece uma perspectiva material sobre suas vidas, revelando as estratégias de sobrevivência, as práticas culturais e as formas de resistência inscritas na paisagem e nos artefatos (Orser Jr., 2003). Ao analisar os espaços domésticos, os locais de trabalho forçado, os cemitérios e os sítios de refúgio como os quilombos, a arqueologia da diáspora africana possibilita uma leitura mais complexa e multifacetada do período escravista e de suas consequências duradouras, abrangendo diversas regiões do país, inclusive contextos específicos como o da Amazônia (Deetz, 1996; Costa, 2016).

A pesquisa arqueológica sobre o Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, é um exemplo notável de como a disciplina pode desenterrar histórias intencionalmente ocultadas. Principal porto de entrada de africanos escravizados, o cais foi deliberadamente coberto e soterrado em 1843 para dar lugar ao Cais da Imperatriz, construído para receber a princesa Teresa Cristina de Bourbon-Duas Sicílias. Ao revelar as camadas de aterro e trazer à luz as estruturas do cais original, a arqueologia denunciou a violência e a tentativa de silenciamento de um local de profundo sofrimento. A descoberta de milhares de artefatos relacionados ao tráfico atlântico e ao cotidiano dos africanos e seus descendentes conferiu materialidade a um evento histórico que existia para muitos apenas em livros, resgatando a humanidade e a agência de indivíduos que foram reduzidos a mercadoria (Lima, 2013; Vassallo; Cicalo, 2015; Lima et al., 2016)

Tradicionalmente sub-representadas nas narrativas históricas, dentro do escopo da arqueologia diaspórica a investigação sobre o papel das mulheres negras escravizadas e quilombolas ganha uma relevância particular. As evidências arqueológicas contribuem para iluminar suas experiências específicas, suas formas de organização social e suas estratégias de resistência que desafiaram as estruturas do poder colonial, racista e patriarcal (Mullings, 2005).

Estudos arqueológicos em sítios de senzalas e quilombos evidenciam a atuação feminina na manutenção de redes de parentesco, na transmissão de conhecimentos ancestrais, no desenvolvimento de práticas de cura e na participação ativa na defesa dessas comunidades

² Escovar a História a Contrapelo significa buscar na história o ponto de vista dos vencidos para reconstruir seu próprio passado (Walter Benjamin 1892-1940).

(Orser Jr; Funari, 2004; Da Rosa, 2021). A análise de artefatos como adornos pessoais, ferramentas de trabalho e objetos rituais encontrados nesses contextos fornecem insights valiosos sobre a agência feminina e suas contribuições para a formação de identidades e a perpetuação de práticas culturais africanas no Novo Mundo (Agorsah, 1993).

A arqueologia dos quilombos, em particular, oferece um espaço privilegiado para a investigação da liderança feminina na resistência à escravidão. Sítios como Palmares, Quariterê e outros mencionados ao longo deste artigo representam focos de autonomia e espaços de reelaboração cultural onde mulheres como Dandara, Tereza de Benguela e Felipa Maria Aranha exerceram papéis de liderança política, administrativa e militar muito a frente de seu tempo (Lara; Fachin, 2021).

A análise da organização espacial desses sítios, das estruturas de defesa, dos padrões de subsistência e dos artefatos encontrados pode corroborar ou complementar as informações históricas, muitas vezes fragmentadas e enviesadas, sobre a atuação dessas líderes e de outras mulheres quilombolas (Symanski; De Souza, 2022). A arqueologia pode, assim, fornecer evidências materiais da complexidade da vida nos quilombos e do papel central que as mulheres desempenharam na sua fundação, manutenção e defesa.

Ademais, a arqueologia da diáspora também se dedica a rastrear as formas de resistência cotidiana e as manifestações culturais que desafiaram o sistema escravista fora dos quilombos. A análise de sítios de senzalas, de áreas de vivência em fazendas e de espaços urbanos habitados por africanos escravizados pode revelar a persistência de práticas culturais africanas em contextos de opressão, como a produção de cerâmica com estilos e técnicas africanas, a utilização de espaços domésticos para a manutenção de rituais e a formação de redes de solidariedade e resistência (Butler, 2002; Symanski; Gomes, 2012).

Em uma linha de pesquisa que se estende ao presente, a arqueologia da diáspora africana também ilumina o legado vivo da resistência. Um estudo na comunidade Mutuca, parte do Quilombo do Mata Cavalo, no Mato Grosso, revela uma organização social de natureza matriarcal, com as mulheres legitimadas como líderes da comunidade (Manfrinate; Sato, 2012; Oliveira et al., 2018; Silva, 2020). Essa estrutura não é uma exceção, mas sim uma herança cultural de mulheres africanas que coordenavam movimentos de resistência. A evidência material e etnográfica deste modelo de liderança mostra que a agência feminina não é apenas uma memória do passado, mas uma prática contínua de empoderamento, que transforma a história da resistência em uma realidade tangível e ininterrupta, passível de investigação material no presente (Agostini, 2007).

A figura de Esperança Garcia, por exemplo, cuja história revela uma forma de resistência através da escrita e da reivindicação de direitos, pode ser contextualizada em um cenário mais amplo de agência e luta por dignidade, cujas manifestações materiais podem ser investigadas arqueologicamente em sítios correlatos. Com seu foco na cultura material e nos espaços de vivência, a arqueologia oferece um arcabouço teórico e metodológico essencial para complementar as análises historiográficas sobre a resistência feminina negra no período da escravidão.

Ao trazer à luz as evidências materiais das experiências, das lutas e da liderança feminina a arqueologia contribui para uma compreensão mais rica e inclusiva da história da formação da

sociedade brasileira, desafiando as narrativas tradicionais que negligenciaram o protagonismo dessas mulheres (Orser Jr; Funari, 2004).

Agora, voltamos nossos olhares para as trajetórias singulares de algumas dessas notáveis mulheres. Ao vislumbrar seus legados, é possível compreender a complexidade e a força da resistência negra feminina no Brasil colonial e imperial, cujas ações ecoam nas lutas contemporâneas por justiça e igualdade. Ao resgatar a história de vida dessas heroínas, contribuimos para dar a elas a visibilidade que sempre mereceram.

Dandara – Rainha dos Palmares

Dandara dos Palmares é um poderoso símbolo de resistência e força feminina na história do Brasil. Nascida no final do século XVII, ela chegou ao quilombo dos Palmares ainda criança. Não se tem registro se Dandara nasceu no Brasil ou foi trazida da África. O quilombo dos Palmares se destacou como um dos maiores e mais organizados quilombos da história brasileira, ativo do final do século XVI ao final do século XVII. (Dos Santos Leite, 2020; Lima, 2023).

O quilombo dos Palmares, situado na Serra da Barriga, que à época fazia parte da Capitania de Pernambuco e hoje fica na cidade de União dos Palmares, no estado de Alagoas, destaca-se como uma das mais emblemáticas comunidades de resistência à escravidão no Brasil. Fundado no final do século XVI, Palmares emergiu como um símbolo da luta pela liberdade e da resistência dos africanos escravizados e seus descendentes contra a opressão colonial (Reis; Dos Santos Gomes, 2021; Lara; Fachin, 2021).

A formação de Palmares remonta a 1605, quando um grupo de escravizados fugitivos se uniu em uma área de difícil acesso nas serras da região. Com o passar do tempo, essa comunidade cresceu e se consolidou, atingindo uma população estimada, em seu auge, entre 20 e 30 mil indivíduos. Essa diversidade populacional não se restringia apenas a negros; indígenas e brancos que se opunham a escravidão também encontraram abrigo em Palmares, contribuindo para a construção de uma sociedade plural e multifacetada (Reis; Dos Santos Gomes, 2021; Lara; Fachin, 2021).

Como guerreira e estrategista, Dandara desempenhou um papel crucial na defesa de Palmares contra as forças coloniais. Ela não era apenas a esposa do líder Zumbi, mas também uma líder formidável por si só. Como uma das principais conselheiras em Palmares, ajudou a formular políticas e estratégias de combate. Junto a outras líderes, como Aqualtune³ e Acotirene⁴, ela

³ Aqualtune foi uma princesa congolesa escravizada no Brasil e líder quilombola à frente de um dos 11 mocambos do Quilombo dos Palmares. Ela foi, segundo a tradição, a mãe de Ganga Zumba e avó materna de Zumbi (Massa, 2017; Arraes, 2020).

⁴ Segundo a oralidade do quilombo, Acotirene ou Arotirene era a matriarca do Quilombo dos Palmares, exercia a função de mãe e conselheira dos primeiros refugiados. Era consultada para todos os assuntos, desde questões familiares até questões político-militares (Rosa et al, 2007).

orientou os habitantes do quilombo em questões de política e economia, contribuindo para a organização e a resistência da comunidade. Registros históricos sugerem que ela participou ativamente de campanhas militares e foi fundamental na organização das defesas da comunidade. Sua liderança era caracterizada por um profundo compromisso com a libertação de seu povo, e ela é frequentemente celebrada por sua coragem e acuidade tática (Silva et al, 2020).

Dandara é descrita como uma mulher guerreira, valente e intensa, que atuava em todas as frentes na sua comunidade ao lado de seu marido, Zumbi. Ela se opôs a um tratado de paz assinado por Ganga Zumba com o Governo Pernambucano, que só concedia liberdade a uma pequena parcela de aquilombados, demonstrando sua determinação em lutar pela liberdade total dos negros e negras no Brasil. Além de sua luta, Dandara também foi mãe de três filhos, o que a tornava uma figura ainda mais significativa dentro da comunidade, pois sua maternidade simbolizava a continuidade da resistência e da cultura afro-brasileira. Sua figura é muitas vezes envolta em lendas, mas sua existência é um testemunho da luta das mulheres negras, que frequentemente foram excluídas da narrativa histórica oficial, sendo sua representação na literatura um campo fértil para a análise de sua construção como heroína (Rocha; Rocha, 2019; Silva et al, 2020; Lima, 2023).

Tragicamente, a vida de Dandara terminou em 6 de fevereiro de 1694. Neste dia, as tropas do bandeirante Domingos Jorge Velho invadem Palmares. Cercada, ela optou por tirar a própria vida, se atirando de uma pedra. Essa invasão foi um dos ataques decisivos que levaram à queda do quilombo. Dandara, ao ser encurralada, preferiu o suicídio a ser escravizada novamente, consolidando sua posição como mártir da liberdade. Este ato de desafio inspirou gerações de ativistas e estudiosos que buscam honrar sua memória e as lutas de muitos outros que combateram a opressão (Silva et al. 2020; Lima, 2023).

Hoje, Dandara dos Palmares é celebrada não apenas como uma figura histórica, mas também como um ícone cultural. Sua história é um lembrete da resiliência e força das mulheres negras no Brasil e de seu impacto duradouro na história da nação. Sua trajetória exemplifica a interseccionalidade (Crenshaw, 2004; 2013) na luta contra a opressão racial e de gênero. À medida que o Brasil continua a enfrentar seu legado de escravidão e racismo, a vida de Dandara serve como um poderoso testemunho da luta por igualdade e justiça. Sua invisibilidade histórica reflete o epistemicídio (Carneiro, 2005) e o esquecimento patológico (Ricoeur, 2008), que buscam apagar o protagonismo de mulheres negras. Seu legado deve permanecer vivo, inspirando novas gerações a lembrar e honrar os sacrifícios feitos na busca pela liberdade e a reconhecer como a interseccionalidade moldou a resistência feminina negra no Brasil escravista.

Zeferina – Rainha do Quilombo do Urubu

Zeferina, Rainha do quilombo do Urubu. Nascida em Angola e trazida ao Brasil ainda criança,

Zeferina se tornou uma líder quilombola notável, cuja trajetória reflete a complexidade da luta afro-brasileira contra a escravidão e a exclusão social. O quilombo do Urubu foi estabelecido nas imediações de Pirajá, Salvador-BA no início do século XIX, em um período marcado por intensos conflitos entre as comunidades quilombolas e as autoridades coloniais. Zeferina, reconhecida por sua bravura e habilidades de liderança, organizou a resistência de sua comunidade, enfrentando as forças policiais armada com arco e flecha. Sua coragem e determinação foram tão notáveis que o presidente da província da Bahia a chamou de Rainha, um título que atesta sua influência e o respeito que conquistou entre seus pares (Barbosa, 2003; Santos, 2019).

Um dos principais feitos de Zeferina foi a preservação e transmissão das tradições do Candomblé, assegurando que os rituais e ensinamentos fossem passados de geração em geração. Sua dedicação à manutenção dessas práticas não apenas fortaleceu a identidade cultural da comunidade, mas também garantiu a continuidade de sua rica herança espiritual. Além de sua função como líder espiritual, Zeferina era amplamente reconhecida por suas habilidades de cura e por oferecer aconselhamento espiritual. Essa dedicação à preservação das tradições demonstra como a ancestralidade alimenta e sustenta a identidade e a resistência de uma comunidade (De Oliveira, 2021).

Muitas pessoas da comunidade buscavam sua orientação em momentos de necessidade, confiando em sua sabedoria e no poder que emanava de sua prática religiosa. A luta de Zeferina não se limitou a confrontos armados; ela também simbolizava a resistência cultural e espiritual das mulheres negras. Sua liderança estava profundamente enraizada nas tradições africanas, que conferiam a ela um poder místico e uma legitimidade cultural. Essa conexão com a ancestralidade e a espiritualidade africana não apenas fortalecia sua posição como líder, mas também unia a comunidade em torno de valores de resistência e solidariedade (Da Rosa, 2021; Barbosa, 2023).

Infelizmente, a trajetória de Zeferina culminou em sua prisão após um levante em 1826, onde foi submetida a trabalhos forçados. Sua morte na prisão e o sepultamento em local desconhecido simbolizam o sacrifício das mulheres negras na luta pela liberdade e a brutalidade do sistema escravista. Contudo, sua memória não foi esquecida. Ao contrário, ela se tornou um referencial de resistência e luta por direitos, sendo celebrada anualmente na Caminhada do 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, onde a comunidade afro-brasileira homenageia sua trajetória e a de outras líderes quilombolas (Barbosa, 2003; Santos, 2019).

A história de Zeferina tornou-se um importante elemento para a compreensão da luta contra a exclusão social na atualidade. Sua figura inspira movimentos contemporâneos que buscam combater a desigualdade racial e de gênero, ressaltando a importância da memória coletiva na construção da identidade afro-brasileira. A Associação Quilombo Zeferina, por exemplo, trabalha para manter viva a memória dessa líder guerreira, promovendo a reintegração social e a valorização da cultura afro-brasileira (Barbosa, 2003; Santos, 2019).

A trajetória de Zeferina desvela a falácia do mito da democracia racial (Gonzalez, 1988), pois sua liderança e a existência do quilombo contradizem a narrativa de harmonia racial, expondo a violência e a opressão. A trajetória de Zeferina, assim como a de outras lideranças negras, transcende o tempo, servindo como um poderoso lembrete da luta contínua por justiça e

igualdade. O apagamento de figuras como Zeferina perpetua esse mito, negando o protagonismo negro na luta pela liberdade; por isso, a ressignificação de sua memória e a valorização de sua luta são fundamentais para enfrentar as práticas de exclusão social que ainda persistem, inspirando e mobilizando as comunidades afrodescendentes na busca por um futuro mais justo e igualitário.

Marianna Crioula – Rainha do Quilombo Manuel Congo

A experiência das mulheres negras durante o período de escravidão no Brasil foi marcada por intensa exploração e resistência. Essas mulheres, que realizavam diversas funções, desde o trabalho nas plantações até as atividades domésticas, enfrentavam condições severas, incluindo castigos físicos e violência sexual. Apesar das adversidades, muitas se tornaram líderes na resistência, fugindo para quilombos e contribuindo para a preservação da cultura africana. A classe dominante buscou apagar os registros de coragem e resiliência dessas mulheres, que lutaram pela liberdade e dignidade, consolidando-se como heroínas na história do Brasil e na formação da identidade cultural do país (Cavalcanti, 2022).

Marianna Crioula foi uma destas mulheres. Ela viveu em Pati do Alferes, distrito da vila de Vassouras, região do Vale do Paraíba-RJ nas primeiras décadas do século XIX. Era mucama e costureira de Francisca Xavier, senhora das fazendas cafeeiras Maravilha e Freguesia. Embora fosse casada com o negro José, escravizado que trabalhava na lavoura, Mariana vivia na casa grande (Schumacher; Brasil, 2001; Cavalcanti, 2022).

Em 5 de novembro de 1838, cerca de 200 escravizados fugiram da fazenda Maravilha, dando início a uma das maiores revoltas de escravizados registradas na história fluminense. Neste episódio, Marianna fugiu da fazenda do Capitão-mor Manoel Francisco Xavier, unindo-se ao líder da revolta, Manuel Congo, um ferreiro que se destacou na organização dos revoltosos. Marianna não apenas participou da fuga, mas assumiu também um papel de liderança junto aos revoltosos, sendo posteriormente reconhecida como a rainha do quilombo (Schumacher; Brasil, 2001; Cavalcanti, 2022).

Marianna é lembrada por sua bravura e determinação, sendo famosa pela frase “morrer sim, se entregar não”, que proferiu em um momento de captura, quando foi presa e morta pelos soldados da Guarda Nacional e milícias dos fazendeiros da região (Cavalcanti, 2022). Neste ponto Schumacher e Brasil (2001), discordam de Cavalcanti (2022), para Schumacher e Brasil (2001), Marianna se mostrou covarde durante o julgamento, alegando que teria sido induzida a cometer os crimes de que era acusada, ela teria sido então absolvida das acusações e somente Manuel Congo teria sido condenado à morte. Este tipo de relato pode se configurar em um exemplo clássico da tentativa de apagamento da real agência destas mulheres negras nos processos de resistência e abolição da escravidão no Brasil (Mendes, 2021).

Marianna Crioula foi mencionada no contexto do samba-enredo da Mangueira de 2019, que homenageou Marielle Franco e outras mulheres que lutaram por direitos. Ela representa uma das heroínas esquecidas da história brasileira, destacando a importância de reconhecer e valorizar as contribuições de mulheres negras e suas lutas por justiça e igualdade. No desfile, Marianna é evocada como um símbolo de resistência e força, refletindo a necessidade de dar visibilidade a narrativas que foram historicamente marginalizadas. O samba-enredo da

Mangueira não apenas celebra a vida de Marielle Franco, mas também amplia o foco para outras mulheres que, como Marianna, desempenharam papéis significativos na luta contra a opressão e pela defesa dos direitos humanos (Da Silva Junior, 2020).

A inclusão de Marianna Crioula no enredo de uma escola de samba é um convite à reflexão sobre a história e a memória coletiva, enfatizando a importância de ouvir e aprender com as vozes silenciadas ao longo do tempo. Sua atuação no Quilombo Manuel Congo destaca a agência feminina negra na resistência escrava. Sua liderança política e militar desafia a subestimação do papel feminino, reforçando a importância de uma perspectiva decolonial e interseccional na análise histórica.

Felipa Maria Aranha – Rainha do Quilombo Mola

Assim como da maioria das mulheres negras que figuram neste artigo, temos muito pouca informação a respeito de Felipa Maria Aranha. Sabemos que ela nasceu na Costa da Mina, na África. Foi capturada ainda jovem e vendida em Santa Maria de Belém do Grão Pará, antes de ser transferida para uma fazenda escravagista em Cametá, onde trabalhou na produção açucareira (Cavalcanti, 2022).

Após sua fuga em 1750, Felipa fundou o quilombo Mola, também conhecido como Itapocu, pois ficava localizado nas cabeceiras do igarapé Itapocu. O quilombo era constituído por mais de 300 negros que sob a liderança de Felipa, viveram ali por vários anos sem serem ameaçados pelas forças legais. Felipa se destacou por sua habilidade em organizar e liderar a resistência contra a opressão escravagista, conseguindo formar um dos maiores e mais bem estruturados quilombos do Brasil (Da Silva Pinto et al. 2024).

Sua liderança foi marcada por um alto grau de organização política, social e militar. Ela conseguiu unir diferentes grupos de negros, formando uma confederação de cinco quilombos chamada Confederação de Itapocu. Sob a gestão de Felipa, eles se organizaram como uma verdadeira república democrática, tendo um código civil, um exército e um sistema de votos democráticos. Felipa enfrentou diversos ataques de milícias escravistas e em 1780 morreu defendendo a confederação que havia criado. Felipa foi substituída por Maria Luiza Piriá, que dividia com ela a administração dos quilombos (Da Silva Pinto et al. 2024).

A atuação de Felipa representa a capacidade das mulheres negras de criar espaços de autonomia. A organização do Mola, sob sua liderança, é um testemunho da resiliência e auto organização, alinhando-se aos princípios da decolonialidade que valorizam formas de organização social não eurocêntricas. O quilombo Mola existe e persiste até os dias atuais, situado onde hoje é o sul do estado de Tocantins. Felipa figura no hall de mulheres negras guerreiras que lutaram pela liberdade de seu povo e foram sistematicamente apagadas das histórias oficiais.

Tereza de Benguela – Rainha do Quilombo Quariterê

Tereza de Benguela nasceu em torno de 1700, no Reino de Benguela, possivelmente em Angola. Sua vida foi marcada por desafios desde cedo, pois foi escravizada e forçada a viver sob condições adversas. Entre 1750 e 1770, após a morte de seu marido, ela assumiu a liderança no

quilombo do Quariterê, localizado nas margens do Rio Guaporé, próximo à atual Vila Bela da Santíssima Trindade, no Mato Grosso (Lacerda, 2019).

O quilombo, devido ao difícil acesso, proporcionava um ambiente perfeito para Tereza coordenar um forte aparato de defesa. Ali ela articulou um parlamento no qual as ações da comunidade eram decididas em grupo. A comunidade vivia do cultivo de algodão, milho, feijão, mandioca e banana (De Carvalho, 2011; Cavalcanti, 2022).

Tereza era descrita como uma líder rígida e autoritária. Esta descrição pode ser explicada a partir do contexto político e social da época, marcado pela escravidão e pela resistência quilombola. A abordagem depreciativa em relação à Tereza pode ser compreendida como uma tentativa de desencorajar novas fugas de escravizados, já que a líder quilombola era temida e respeitada e sua autoridade era central para a manutenção do quilombo. Além disso, a descrição de Tereza como rígida e autoritária pode ter sido exagerada ou fantasiada como forma de justificar a incapacidade de eliminar os quilombos por parte das autoridades coloniais (Rodrigues, 2022; Lourenço 2024).

A própria organização de expedições de ataque aos quilombos se fundamentava na ideia de que a população cativa pudesse estar arrependida da fuga, o que era uma forma de camuflar a dificuldade em controlar a resistência quilombola. Portanto, a descrição de Tereza como uma líder rígida e autoritária deve ser compreendida à luz das circunstâncias políticas e sociais da época, marcadas pela luta pela liberdade e resistência à escravidão (Rodrigues, 2022).

[...] então governava a rainha viúva Thereza, bem assistida de índias e negras. Tinha como parlamento, em que presidia o capitão-mor José Cavallo, e era conselheiro da rainha um José Piolho. Mandava enforcar, quebrar as pernas, e sobretudo enterrar vivos os que pretendiam vir para seus senhores [...] (Coelho, 1850, p. 182 apud Rodrigues, 2022, p. 504).

[...] não só chegou a mandar enforcar, mas também quebrar pernas e braços e enterrar vivos aqueles que, arrependidos da fuga, queriam tornar para a casa de seus senhores, sem que para semelhantes e outros castigos fosse preciso legal prova. Bastavam leves indícios para serem punidos quaisquer réus de semelhantes delitos. Isso, além de outro, que mandava fazer muito ao seu paladar. Chamavam esta muito intitulada rainha Teresa. Era assistida e servida de todas as mais negras e índias, ainda melhor de que se fossem suas cativas, a quem diariamente castigava, rigorosamente, por qualquer coisa. Tanto era temida que nem machos, nem fêmeas era ousados a levantar os olhos diante dela (Amado; Anzal, 2006, p. 140 apud Rodrigues, 2022, p. 504).

O argumento de que Tereza pudesse governar o Quariterê com mão de ferro, conforme sugere a documentação, carece de sustentação material. É difícil conceber que alguém que tenha escapado da escravidão voltasse voluntariamente a tal condição, especialmente em um quilombo. A narrativa, ao que tudo indica, pode ter exagerado ou fantasiado a rigidez do controle na tentativa de desencorajar novas fugas. Ademais, a ideia de que os cativos poderiam estar arrependidos da fuga foi propagada por anos nos discursos oficiais, possivelmente como uma maneira de disfarçar a ineficácia em eliminar os quilombos em todo o Mato Grosso (Rodrigues, 2022; Lourenço, 2024).

Segundo Rodrigues (2022) a análise crítica das fontes históricas permite compreender a

complexidade das relações sociais e políticas no contexto da resistência à escravidão e da formação de comunidades quilombolas. Tereza comandou a estrutura política, econômica e administrativa do quilombo, mantendo um sistema de defesa com armas trocadas com os brancos ou roubadas das vilas próximas. Os objetos de ferro utilizados contra a comunidade negra que lá se refugiava eram transformados em instrumentos de trabalho, visto que dominavam o uso da forja.

Tereza de Benguela governou em pleno século XVIII através de um parlamento. Mulher de larga visão, ela protege também as etnias dos índios, dos mestiços chamados caburés, dos brancos revoltados e até os descendentes dos antigos povos pré-colombianos fundadores do Império Inca. Na mistura das raças, a rainha traçava o perfil do verdadeiro brasileiro (Cenourinha, 2020).

Governava esse quilombo a modo de parlamento, tendo para o conselho uma casa destinada, para a qual, em dias assinalados de todas as semanas, entrava os deputados, sendo o de maior autoridade, tido por conselheiro, José Piolho, escravo da herança do defunto Antônio Pacheco de Moraes, Isso faziam, tanto que eram chamados pela rainha, que era a que presidia e que naquele negral Senado se assentava, e se executava à risca, sem apelação nem agravo (Anal de Vila Bela do ano de 1770 apud Bahia, 2024, p. 1).

Respeitando as culturas individuais, Tereza desenvolveu o artesanato e o folclore de cada grupo étnico, enquanto colaborava com a terra, combinando a sabedoria africana com os conhecimentos dos índios e mestiços. Sob sua liderança, foi implantada uma agricultura baseada em saberes milenares, resultando em grande abundância. Essa fartura alimentava não só os corpos, mas também as almas e os espíritos, através da dança, da música e de todas as formas de expressão artística, tanto sacras quanto profanas (Garcia, 2018).

O trabalho exemplar de Tereza de Benguela ecoa no Brasil contemporâneo, representando um modelo de modernidade. Sua visão holística e intuitiva estabeleceu os alicerces no quilombo do Quariterê, refletindo os princípios que deram sustentação a todas as civilizações (Lacerda, 2019).

Não há registros precisos sobre a morte de Tereza. Uma versão sugere que ela morreu de banzo⁵ após ser capturada por bandeirantes a serviço da capitania do Mato Grosso, enquanto outra alega que ela foi assassinada e teve sua cabeça exposta no centro do quilombo. O quilombo persistiu até 1770, quando foi aniquilado pelas forças lideradas por Luís Pinto de Sousa Coutinho. Na época, a população do quilombo era composta por 79 negros e 30 indígenas (Lacerda, 2019).

Apesar do trágico fim do quilombo do Quariterê, o legado de Tereza de Benguela continua vivo na história afro-brasileira. Sua coragem, liderança e resistência tornaram-na uma figura

⁵ Banzo: Os escravizados eram acometidos por uma gravíssima doença, causada pela exacerbação do sentimento de saudades, paravam de falar e, acima de tudo, deixavam de se alimentar, falecendo pouco tempo depois (Haag, 2010).

emblemática, reconhecida como uma heroína da resistência negra e uma defensora incansável da liberdade e da dignidade de seu povo. A importância de Tereza de Benguela na luta contra a escravidão e na busca pela igualdade e liberdade é um testemunho da força e da determinação das comunidades afrodescendentes em enfrentar a opressão e construir um futuro mais justo e inclusivo (Garcia, 2018).

Tereza de Benguela é, sem sombra de dúvidas, uma das grandes responsáveis pela abolição da escravidão, obrigando a minoria branca invasora a reconhecer seu direito à liberdade. Em reconhecimento a Tereza de Benguela, o dia 25 de julho foi oficialmente designado no Brasil como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, através da Lei nº 12.987/2014. Além dessa comemoração oficial, a rainha Tereza foi celebrada nos versos da escola de samba Unidos do Viradouro, através do enredo da agremiação de 1994, intitulado Tereza de Benguela – Uma Rainha Negra no Pantanal.

A liderança de Tereza de Benguela no Quilombo do Quariterê materializa a decolonialidade (Quijano, 2005) e o pensamento feminista negro (Collins, 2019). Sua gestão autônoma rompeu com lógicas coloniais e patriarcais, reafirmando epistemologias não eurocêtricas. Resgatar sua história é um ato de descolonização do saber.

Zacimba Gaba – A Princesa Guerreira

Nascida no século XVII, no reino de Cabinda, em Angola, ela foi uma princesa que liderou seu povo contra as incursões portuguesas para a captura e compra de escravizados. Em 1690, Zacimba foi capturada, escravizada e trazida ao Brasil, sendo vendida a um fazendeiro português no Espírito Santo. Mas, mesmo nessa condição, ela manteve sua dignidade e a relação de respeito com seus súditos. Sua trajetória é marcada por uma série de eventos que evidenciam não apenas a brutalidade da escravidão, mas também a força de caráter e a determinação de uma mulher que se recusou a ser subjugada (Chan, 2018; Cavalcanti, 2022).

Durante seu cativeiro, Zacimba enfrentou torturas e humilhações, sendo interrogada sobre sua origem real. Após suportar severas punições, ela finalmente confessou ser uma princesa, o que, em vez de garantir sua segurança, a expôs a ainda mais violência. Após esta confissão, ela foi cruelmente estuprada. O fazendeiro, temendo uma possível revolta entre os escravizados, utilizou a ameaça de morte contra Zacimba como um meio de controle. No entanto, essa opressão não a silenciou, ao contrário, alimentou sua vontade de resistir (Chan, 2018; Oliveira, 2023).

Zacimba Gaba proibiu seu povo de reagir. Ela começou a elaborar planos de fuga e vingança, demonstrando uma astúcia estratégica que a tornaria uma líder entre os escravizados. Zacimba administrava pequenas doses diárias de veneno na comida de seu senhor. Com o tempo, ele veio a falecer. Após a morte de seu proprietário, José Trancoso, Zacimba se preparou para liderar seu povo e ordenou a invasão da Casa Grande, resultando na morte dos torturadores. Nesta invasão, demonstrando sua nobreza, Zacimba poupou a família de Trancoso. Ela organizou e liderou um quilombo às margens do Riacho Doce, na atual região de Itaúnas, em Conceição da Barra/ES. Zacimba Gaba é descrita como uma figura de resistência que lutou bravamente contra a escravidão, promovendo ataques às embarcações que transportavam pessoas escravizadas quando se aproximavam da costa do Espírito Santo

(De Oliveira, 2021; Oliveira, 2023).

O objetivo de Zacimba e dos guerreiros quilombolas era libertar os africanos escravizados antes que chegassem ao Porto de São Mateus, de onde eram vendidos para fazendas escravocratas, dificultando a sua libertação. Sua luta pela liberdade culminou em sua morte durante uma invasão a um navio português, onde ela buscava libertar seu povo. A memória de Zacimba Gaba é significativa para muitas das atuais lideranças quilombolas, que afirmam ter ouvido narrativas orais sobre ela de seus avós. Essa conexão com a memória de resistência é um elemento central na identidade das comunidades quilombolas e a Coordenação Estadual das Comunidades quilombolas do Espírito Santo é nomeada em sua homenagem (De Oliveira, 2021; Magno Perdigão, 2023; Oliveira, 2023).

A figura de Zacimba transcende a mera representação de uma vítima. Ela é apresentada como uma líder carismática que, com bravura e ousadia, atacava navios e libertava cativos, desafiando as estruturas opressoras de sua época (Chan, 2018). A história de Zacimba Gaba personifica a resistência ativa e a recusa à escravidão. Sua coragem confronta a representação dos escravizados como vítimas passivas, reforçando que a libertação foi construída pela luta e insubordinação. Sua trajetória simboliza a força das mulheres negras na desconstrução de narrativas hegemônicas.

Esperança Garcia – Primeira Advogada do Brasil

A história de Esperança Garcia nos mostra que heroínas não se fazem somente através da luta armada ou do enfrentamento direto com seus opressores. Nascida na fazenda Algodões, de propriedade de padres jesuítas, localizada na região de Oeiras, no estado do Piauí, pertencente à Inspeção de Nazaré. Esperança Garcia, apesar da condição de escravizada, aprendeu a ler e escrever e aos 16 anos, casou-se e teve seu primeiro filho. O simples fato de que Esperança tenha aprendido a ler e escrever é uma exceção a ser observada. Naquela época, a leitura era proibida para os escravizados. Aqueles que fossem flagrados ensinando um escravizado a ler enfrentavam prisão e processos judiciais (Oliveira, 2007; Souza; Silva, 2017).

Ocorre que após a expulsão da Cia de Jesus do Brasil pelo Marques de Pombal e o sequestro de suas propriedades em favor da Coroa, ela foi transferida para a residência do capitão Antônio Vieira do Couto, administrador dos bens da coroa na região. Ela deixou a fazenda Algodões, que ficava próxima de onde hoje é a cidade de Floriano-PI e foi levada para a Inspeção de Nazaré, onde hoje se encontra o município de Nazaré do Piauí (Oliveira, 2007; Lima, 2009; Souza, 2018).

Com apenas 19 anos, separada da família e sofrendo maus tratos, ela decidiu denunciar as violências sofridas por ela, seu filho e por outras pessoas negras ao Governo da Capitania de São José do Piauí, por meio de uma carta endereçada ao Governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, datada de 6 de setembro de 1770. Uma cópia do manuscrito da carta foi encontrado no Arquivo Público do Piauí pelo historiador Luiz Mott, em 1985 (Lima, 2009; Souza, 2018; De Souza, 2022).

A carta contém queixas contra o Capitão Antônio Vieira do Couto, que a subjugou ao trabalho de cozinheira e a separou de seu marido e filhos. O relato compromete a reputação do

procurador das fazendas de gado da Coroa de Portugal, que se apropriou da mão-de-obra escravizada para benefício próprio. Na sua narrativa, Esperança relata que ela e seu filho eram submetidos a torturas e espancamentos. Menciona que o feitor a tratava como um animal e que, em uma ocasião, caiu de um penhasco, quase perdendo a vida enquanto estava amarrada. Além disso, ela foi impedida de batizar seu filho e de se confessar, assim como suas amigas. Em sua condição de escravizada, Esperança utilizou a questão da religião como uma estratégia para buscar a punição de seus opressores, uma vez que a religião oficial da época era a católica (Souza, 2018; Silva, 2017; De Souza, 2022).

A carta é considerada um dos primeiros documentos de reivindicação de direitos escrito por uma mulher negra no Brasil, destacando-se pela coragem de sua autora. Após escrever a carta, Esperança fugiu, mas não se dirigiu diretamente para a fazenda Algodões. Ela pode ter se refugiado na mata próxima, pois não se teve notícias dela por um tempo. Não sabemos que resultado efetivo teve a carta enviada por Esperança, mas oito anos após a carta, em 1778, Esperança foi mencionada em um inventário de trabalhadores da Fazenda Algodões, onde constava um casal chamado Ignácio e Esperança, além de várias crianças (Silva, 2015; Silva, 2017; De Souza, 2022).

Esperança Garcia foi reconhecida como a primeira advogada do Brasil pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Em 21 de novembro de 2022, o Conselho Pleno da OAB Nacional outorgou por unanimidade, esse título a Esperança Garcia. Esse reconhecimento é um esforço para recuperar a memória coletiva da nação e celebrar a resistência de pessoas negras escravizadas, cuja luta por direitos e justiça é frequentemente subestimada na história oficial. A carta que ela escreveu em 1770, denunciando os maus-tratos que sofria, é considerada uma ação precursora na defesa de direitos, mesmo em um contexto em que não havia um reconhecimento formal da advocacia para pessoas escravizadas (Souza; Silva, 2017).

A história de Esperança Garcia também é celebrada como um símbolo de resistência e luta por direitos, inspirando movimentos sociais e a luta por igualdade e justiça, especialmente entre as comunidades afrodescendentes do Piauí. Sua carta, um marco de denúncia, alinha-se à teoria crítica da raça, questionando estruturas de poder. A memória de Esperança Garcia é mantida viva em diversas iniciativas, como a Comunidade quilombola Algodões, que reconhece sua importância histórica e cultural (Silva, 2015).

Considerações Finais

Este artigo revisitou a história de algumas mulheres negras escravizadas e quilombolas, ressaltando seu papel fundamental na resistência ao colonialismo e à escravidão no Brasil. A trajetória destas mulheres desde sua origem exemplifica a força e a resiliência das comunidades afrodescendentes na luta pela liberdade e dignidade. Seus esforços na criação de comunidades autossuficientes e organizadas politicamente demonstraram uma liderança notável e uma visão progressista, desafiando as estruturas opressivas de sua época (Mendes, 2021).

Mesmo submetidas à violência e às condições desumanas de sua época, não se deixaram calar. Trazidas do continente africano e escravizadas, lutaram contra o sistema, liderando seu povo e demonstrando qualidades políticas, administrativas, militares e culturais muito a frente de

seu tempo. Seu protagonismo aponta para o valor das mulheres como agentes ativos em busca de liberdade e dignidade e reafirma o lugar dos escravizados, não da passividade, mas o de influenciar o processo de abolição pela qual arduamente lutavam.

Sua liderança não apenas garantiu a sobrevivência do seu povo, mas também promoveu a preservação de culturas e tradições africanas, contribuindo significativamente para a resistência cultural e militar contra o sistema escravista. A implementação, por muitas delas, de um modelo de governança democrática e a promoção de uma economia autossustentável evidenciam a capacidade de adaptação e inovação das comunidades quilombolas.

Revisitando o legado dessas mulheres, protagonistas de suas próprias vidas e transformadoras de suas comunidades, trazendo fatos importantes de sua trajetória de vida, sua influência, seu papel como representante de mulheres negras na construção da sociedade brasileira. Mulheres que, além da sua preocupação com os direitos do seu povo, também enfatizaram a importância da valorização das tradições como dança, língua, práticas religiosas, folclore e artesanato. Nos mostra que é possível recontar a história nacional, diversificar as narrativas históricas e compreender sua contribuição para a resistência e liderança comunitária no período colonial, rompendo com discursos puramente racistas, colonialistas e patriarcais, comuns à história da América Latina. Fica aqui um convite à reflexão e à ação para podermos juntos, construir um futuro onde a diversidade e a inclusão sejam pilares fundamentais da sociedade brasileira. Fica aqui também a certeza de que a Arqueologia, lançando luz sobre o passado, tem um papel fundamental na construção deste futuro que almejamos.

Referências Bibliográficas

AGORSAH, E. Kofi. Archaeology and resistance history in the Caribbean. **African Archaeological Review**, v. 11, n. 1, p. 175-195, 1993. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF01118147>. Acesso em: maio/2024.

AGOSTINI, Claudia. Resistência Cultural e Reconstrução de Identidades: Um Olhar Sobre a Cultura Material de Escravos do Século XIX. **Revista de História Regional**, v. 3, n. 2, 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2063>. Acesso em: ago/2025.

ARRAES, Jarid. **Heroínas negras brasileiras: em 15 cordéis**. Editora Seguinte, 2020. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Gqb5DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=Hero%C3%ADnas+negras+brasileiras:+em+15+cord%C3%A9is.&ots=gFPbaGo9T6&sig=xZJVjArMHfqXoU0muIV12BXOPb4>. Acesso em: jul/2024.

AZEVEDO, C. M. M. de. **Onda negra medo branco o negro no imaginário das elites século XIX**. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1987. 267 p.

BAHIA, Universidade Federal do Recôncavo da (ed.). **Tereza de Benguela: a escrava que virou rainha e liderou um quilombo de negros e indígenas**. Bahia, 2024. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/bibliotecacecult/noticias/220-tereza-de-benguela-a-escrava-que-virou-rainha-e-liderou-um-quilombo-de-negros-e-indios#:~:text=O%20Quilombo%20do%20Piolho%20tamb%C3%A9m,entre%20Mato%20Grosso%20e%20Bol%C3%ADvia>. Acesso em: out/2024.

- BARBOSA, Silvia Maria Silva. **O Poder de Zeferina no Quilombo do Urubu: uma reconstrução histórica político-social**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo – SP, 2003. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=O+Poder+de+Zeferina+no+Quilombo+do+Urubu%3A+uma+reconstru%C3%A7%C3%A3o+hist%C3%B3rica+pol%C3%ADtico-social.&type=AllFields>. Acesso em: jan/2024.
- BARBOSA, Silvia Maria Silva. **Que Poder é Esse? Um estudo da constituição e das relações de poder no Ilê Asé Ogum Omimkaye**. 2023. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/23881>. Acesso em: mar/2024.
- BELL, Derrick. **And We Are Not Saved: The Elusive Quest for Racial Justice**. Basic Books, 1989. 304 p.
- BISPO DOS SANTOS, Antônio. **Colonização, Quilombos: Modos e Significados**. 2. ed. Brasília: Editado pela Associação de Ciências e Saberes para o Etnodesenvolvimento AYÓ, 2023.
- BUTLER, Brian S. Review of Creating Freedom: Material Culture and African American Identity at Oakley Plantation, Louisiana, 1840-1950. **Journal of Interdisciplinary History**, v. 32, n. 3, p. 493-494, 2002. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/16281>. Acesso em: jul/2024.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Civilização Brasileira, 2003. 288 p. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/869762/mod_resource/content/0/Judith%20Butler-Problemas%20de-g%C3%AAnero.Feminismo%20e%20subvers%C3%A3o-da%20identidade-Civiliza%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira-%202018.pdf. Acesso em: ago/2025.
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. 432 p.
- CAVALCANTI, Genivaldo Bezerra. O Papel de Mulheres Escravas Negras na Sociedade Africana e na Sociedade Brasileira no Período de Escravidão: Século XVI e XIX. **Revista Campo da História**, v. 7, n. 2, p. 551-562, 2022. Disponível em: <https://ojs.campodahistoria.com.br/ojs/index.php/rcdh/article/view/71>. Acesso em: out/2024.
- CENOURINHA, Edilene. Artigo - A luta de Tereza de Benguela e as mulheres da resistência. **Brasil de Fato (MG)**, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/28/artigo-a-luta-de-tereza-de-benguela-e-as-mulheres-da-resistencia>. Acesso em: maio/2024.
- CHAN, Ana Julia. Conheça a história de Zacimba Gaba, princesa guerreira que libertou escravos no Norte do ES. **Folha Vitória**, Vitória, v. 30, 2018. Disponível em: <https://www.folhavitoria.com.br/geral/conheca-a-historia-de-zacimba-gaba-princesa-guerreira-que-libertou-escravos-no-norte-do-es/>. Acesso em: dez/2024.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a**

política do empoderamento. Boitempo editorial, 2019. 480 p.

COSTA, Diogo Menezes. Arqueologia dos africanos escravos e livres na Amazônia.

Vestígios-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, v. 10, n. 1, p. 71-91, 2016.

Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/11813>. Acesso em: jul/2024.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2004. Disponível em:

<https://aiaangola.org/wp-content/uploads/2024/05/Kimberle-Crenshaw-interseccionalidade.pdf>. Acesso em: ago/2025.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. In: **The public nature of private violence**. Routledge, 2013. p. 93-118. Disponível

em: <https://api.taylorfrancis.com/content/chapters/edit/download?identifierName=doi&identifierValue=10.4324/9780203060902-6&type=chapterpdf> Acesso em: ago/2025.

DA ROSA, Estefania Jaékel. As "Pretas Feiticeiras" na perspectiva da Arqueologia da Diáspora Africana. **Coisas do gênero: Revista de estudos feministas em teologia e religião**, v. 7, n. 1, p. 54-78, 2021. Disponível em:

https://www.academia.edu/download/100175852/04_estefania_jaekel_da_rosa.pdf. Acesso em: maio/2024.

DA SILVA JUNIOR, Jonas Alves. Um canto de resistência: imagens do desfile da Mangueira de 2019 em diálogo com a educação. **REMEAR Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 37, n. 2, p. 368-387, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.furg.br/remear/article/view/11361>. Acesso em: abr/2024.

DA SILVA PINTO, José Augusto; DE SOUSA PANTOJA, Liliane; ZENHA, Leonardo. Felipa Maria Aranha: O Desenvolvimento de um Dipositivo Educacional Inspirado em uma Guerreira Quilombola da Amazônia. **Convergências: estudos em Humanidades Digitais**, v. 1, n. 5, p. 228-248, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ifg.edu.br/cehd/article/view/1155>. Acesso em: fev/2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. 349 p.

DE CARVALHO, Patricia Marinho. Vila Bela e seus quilombos: etnoarqueologia aplicada aos estudos da diáspora africana. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. ANPUH, São Paulo, 2011. Disponível em:

[https://www.academia.edu/download/31054816/1308339570_ARQUIVO_ArtigoANPUH\(1\).pdf](https://www.academia.edu/download/31054816/1308339570_ARQUIVO_ArtigoANPUH(1).pdf). Acesso em: nov/2024.

DEETZ, James. **In small things forgotten: an archaeology of early American life**. Nova York: Anchor Books, 1996. 304 p.

DELGADO, Richard; STEFANCIC, Jean. **Critical Race Theory: An Introduction**. 3. ed. New York University Press, 2017. 224 p.

DE OLIVEIRA, Jurema J. A Ancestralidade Que Nos Alimenta. **Feira Literária Brasil-África**

de Vitória-ES, v. 1, n. 4, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.ufes.br/flibav/article/view/36620>. Acesso em: nov/2024.

DE SOUZA, Elio Ferreira. A carta da escravizada Esperança Garcia, escrita por ela mesma, e a formação do cânon literário afro-brasileiro. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, v. 32, n. 1, p. 277-297, 2022.

DOS SANTOS LEITE, Maria Laís. Lutando com Dandara de Palmares: feminismos e representatividade na literatura contemporânea. **RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 6, n. 1, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1864>. Acesso em: jul/2024.

FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas**. Nova tradução. São Paulo: Ubu Editora, 2020. 320 p.

FUNARI, Pedro Paulo A. Heterogeneidade e conflito na interpretação do Quilombo dos Palmares. **Revista de história regional**, 2001. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2117>. Acesso em: jan/2024.

GARCIA, Maria Fernanda. Escravizada que virou rainha e liderou um quilombo de negros e indígenas. **Observatório do Terceiro Setor**, 20 set. 2018. Disponível em:

<https://observatorio3setor.org.br/a-escravizada-que-virou-rainha-e-liderou-um-quilombo-de-negros-e-indios/>. Acesso em: fev/2024.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008. Disponível em:

<https://journals.openedition.org/rccs/697>. Acesso em: ago/2025.

HAAG, Carlos. A saudade que mata. **Revista Pesquisa FAPESP**, n. 172, p. 87-89, 2010.

Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-saudade-que-mata/>. Acesso em: set/2024.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Ed. Centauro, 2006. 222 p.

LACERDA, Thays de Campos. Tereza de Benguela: Identidade e Representatividade Negra.

Revista de Estudos Acadêmicos de Letras, v. 12, n. 2, p. 89-96, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.unemat.br/index.php/reacl/article/view/4113>. Acesso em: jun/2024.

LARA, Silvia Hunold; FACHIN, Phablo Roberto Marchis. **Guerra contra Palmares: o manuscrito de 1678**. Chão Editora, 2021. 232 p.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7. ed. Editora Unicamp, 2013. 504 p.

LIMA, Solimar Oliveira. ESPERANÇA. Nossa Consciência tem nome. **INFORME ECONÔMICO (UFPI)**, v. 22, n. 4, 2009. Disponível em:

<https://periodicos.ufpi.br/index.php/ie/article/view/2246>. Acesso em: jan/2024.

LIMA, Tania Andrade. Arqueologia como ação sociopolítica: o caso do cais do valongo, rio de janeiro, século xix. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 7, n. 1, p. 179-207, 2013. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/11855>. Acesso em: ago/2025.

LIMA, Tania Andrade; SENE, Glaucia Malerba; SOUZA, Marcos André Torres de. Em busca

do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 24, n. 1, p. 299-391, 2016. Disponível em:

<https://revistas.usp.br/anaismp/article/view/119850>. Acesso em: ago/2025.

LIMA, Verônica Matias. **Ecos do grito da guerreira Dandara do Quilombo dos Palmares: inspiração à poesia ritmada**. 2023. 71 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em Teatro) – Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Maceió, 2023. Disponível em:

<https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/12952>. Acesso em: fev/2024.

LOURENÇO, Sonia Regina. A estética da existência afro-quilombola no Vale do Rio Guaporé: mulheres que dançam a vida. **ACENO-Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 11, n. 27, p. 519-532, 2024. Disponível em:

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/17816>. Acesso em: fev/2024.

MAGNO PERDIGÃO, Alberto. Princesas e rainhas pretas na literatura de cordel: expressões da negritude contra a invisibilidade de um protagonismo negro. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, v. 21, n. 46, 2023. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/journal/6317/631775209003/631775209003.pdf>. Acesso em: mar/2024.

MANFRINATE, Rosana; SATO, Michèle. A caminhada das mulheres quilombolas de Mata Cavalo delineando seu território por entre as trilhas da educação ambiental. **Remea - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 28, n. 1, p. 107-120, 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3104>. Acesso em: ago/2025.

MASSA, Ana Cristina. **Aqaltune e as histórias da África**. 1. ed. São Paulo: Editora Gaivota, 2017. 164 p.

MENDES, Meg (ed.). **Heroínas negras**. São Paulo: Cartola Editora, 2021. 148 p.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias Locais/Projetos Globais: Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento Liminar**. Editora UFMG, 2003. 505 p.

MULLINGS, Leith. Interrogating racism: Toward an antiracist anthropology. **Annual Review of Anthropology**, v. 34, p. 667-693, 2005. Disponível em:

<https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev.anthro.32.061002.093435>. Acesso em: out/2024.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021. 272 p.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. **Projeto História**, 1993. Tradução de Yara Aun Khoury. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/12101/8763/29004>. Acesso em: ago/2025.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. **O povoamento colonial do sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência**. 2007. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. 202 p.

OLIVEIRA, Lígia Bauer; OSTI, Pietra Andrade de; PASSOS, Beatriz Santos dos. Mulheres

Quilombolas E A Liderança Feminina. In: **IX SEREX - SEMINÁRIO REGIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA REGIÃO CENTRO-OESTE**, Rio Verde, 2018. Anais [...]. [S.L.]: Ufg - Universidade Federal de Goiás, 2018. v. 1, p. 1-6. Disponível em: <https://firewall03.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/MULHERES%20QUILOMBOLAS%20E%20A%20LIDERAN%C3%87A%20FEMININA.pdf>. Acesso em: ago/2025.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. Autodefinição, memória e pandemia em quilombos: um estudo a partir do estado do espírito santo. In: **Quilombos**. ABA Publicações, p. 202-225, 2023. Disponível em: <https://www.abant.org.br/files/CAP-456775854103.pdf>. Acesso em: ago/2024.

ORSER JR, Charles E. **Race and practice in archaeological interpretation**. University of Pennsylvania Press, 2003. 320 p.

ORSER JR, Charles; FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. Arqueologia da resistência escrava. **Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)**, p. 11-26, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarq/article/view/809>. Acesso em: maio/2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005. Disponível em: <https://patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/QUIJAN1.pdf>. Acesso em: ago/2025.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (ed.). **Revoltas escravas no Brasil**. Companhia das Letras, 2021. 672 p.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Editora Unicamp, 2008. 536 p.

ROCHA, Karla Cristina Eiterer; ROCHA, Enilce do Carmo Albergaria. A literatura e a representação feminina em Dandara, a heroína negra de Palmares. **Ipotesi – Revista de Estudos Literários**, v. 23, n. 1, p. 43-54, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/ipotesi/article/view/28903>. Acesso em: nov/2024.

RODRIGUES, Bruno. A luz de Tereza de Benguela não apagará: o dito e o não-dito pelas fontes históricas. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, v. 19, n. 1, p. 494-513, 2022. Disponível em: <https://revistafenix.emnuvens.com.br/revistafenix/article/view/983>. Acesso em: set/2024.

ROSA, Enaura Quixabeira et al. **Dicionário mulheres de Alagoas ontem e hoje**. UFAL, 2007. 406 p.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Editora Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Viviane Carla Bandeira. **Zeferina: O Conto de uma Quilombola**. 2019. 59 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2019. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/mphistoria/images/Relat%C3%B3rio_final_1_Viviane.pdf. Acesso em: out/2024.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (ed.). **Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade: com 270 ilustrações**. Cia das Letras, Jorge Zahar Editor, 2001. 568 p.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Tradução de Guacira Lopes Louro. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/257862/000037108.pdf>. Acesso em: ago/2025.

SILVA, José Artur do Nascimento; MENDES, Tarcísio Moreira; OLIVEIRA, Julvan Moreira de. De África, Nzinga; da Diáspora, Dandara: Cosmopercepção Descolonizando o Corpo Negro. **Revista da ABPN**, v. 12, n. 33, p. 402-430, jun.-ago. 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/956>. Acesso em: jul/2024.

SILVA, Leandro Alves da. A carta da Esperança. In: FRANÇA, João et al. **A Carta de Esperança Garcia: uma mensagem de coragem, cidadania e ousadia**. Pernambuco: UFPE – Universidade Federal de Pernambuco, Ministério da Cultura, Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo, 2015.

SILVA, Mairton Celestino. "Não convém negro sem amo": escravos, índios e jesuítas nas fazendas da Companhia de Jesus na Capitania de São José do Piauí, 1750-1800. **África [s]-Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África**, v. 4, n. 8, p. 32-45, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/africas/article/view/4374>. Acesso em: maio/2024.

SILVA, Paula Cristina. **Aqui é tudo uma família só: maternidade e práticas culturais de um grupo de mulheres em uma comunidade quilombola no alto jequitinhonha**. 2020. 130 f. Tese (Doutorado) - Programa de Educação, Conhecimento e Inclusão Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/33840/1/TESE_Paula_Vers%C3%A3o%20final-3.pdf. Acesso em: ago/2025.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues; SILVA, Mairton Celestino (orgs.). **Dossiê Esperança Garcia: símbolo de resistência na luta pelo direito**. Teresina: EDUFPI, 2017.

SOUZA, Elio Ferreira de. A carta da escrava 'Esperança Garcia' de Nazaré do Piauí: uma narrativa de testemunho precursora da literatura afro-brasileira. **Literafro**, Belo Horizonte, v. 9, 2018. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-criticos/127-elio-ferreira-de->. Acesso em: nov/2024.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?**. Editora UFMG, 2018. 133 p.

SYMANSKI, Luís Cláudio P.; GOMES, Flávio. Arqueologia da escravidão em fazendas jesuíticas: primeiras notícias da pesquisa. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 19, p. 309-317, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/qNX6jBjJz8VbX8GtM8HCnn/>. Acesso em: jun/2024.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira; SOUZA, Marcos André Torres de (ed.). **Arqueologia histórica brasileira**. Editora UFMG, 2022. 696 p.

VASSALLO, Simone; CICALO, André. Por onde os africanos chegaram: o cais do valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do rio de janeiro. **Horizontes Antropológicos**, v. 21, n. 43, p. 239-271, 2015.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo: Do tráfico de escravos entre o golfo do Benim e a Bahia de Todos-os-Santos, do século XVII ao XIX**. Companhia das Letras, 2021.